


1 **ATA DA 504ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**  
2 **DO VALE EUROPEU, REALIZADA NO DIA SETE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E**  
3 **DOIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala Vale Europeu da  
5 Associação, realizou-se a quingentésima quarta Assembleia Geral Ordinária da Associação de  
6 Municípios do Vale Europeu (Amve), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Acurra,  
7 senhor Arão Josino da Silva, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a  
8 presença do senhor Marcelo Doutel da Silva, prefeito do município de Apiúna, da senhora Arrabel  
9 Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do senhor Mário Hildebrandt,  
10 prefeito do município de Blumenau; do senhor José Ari Vequi, prefeito do município de Brusque; do  
11 senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Ércio Kriek, prefeito  
12 do município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do  
13 senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do  
14 município de Timbó; do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve;  
15 além de demais interessados. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum  
16 estatutário, o presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia,  
17 composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação das atas das assembleias anteriores; 2 – Vedações do  
18 período eleitoral; 3 – Nova Lei de Licitações; 4 – Adequação das leis municipais – rede 5G; 5 –  
19 ICMS; 6 – Resolução de diárias; 7 – Assuntos gerais. Tratando do item um, o presidente colocou em  
20 apreciação as atas das 502ª e 503ª Assembleias Gerais Ordinárias, pois foi confirmado o recebimento  
21 antecipado das atas pelos prefeitos, cujas foram encaminhadas para aprovação por correio eletrônico,  
22 e não havendo manifestações, foram aprovadas. Passando ao item dois, foi dada a palavra ao senhor  
23 Edinando Brustolin, assessor jurídico da Amve, o qual comentou sobre o calendário eleitoral vigente,  
24 e sobre condutas vedadas durante o período eleitoral deste ano, destacando que há diferenças entre os  
25 níveis federal, estadual e municipal, tendo em vista que o pleito deste ano é apenas para candidatos  
26 do Estado e da União. Comentou sobre a proibição de distribuição gratuita de bens e serviços, da  
27 cessão de materiais e/ou servidores em prol de algum candidato, sobre o cuidado necessário com a  
28 publicidade institucional, para que não haja promoção pessoal de candidatos, sobre a necessidade de  
29 cobrir placas de obras ou veículos que contenham apologia aos governos atuais, e do cuidado em  
30 inaugurações de obras e eventos públicos, para que não haja presença de candidatos. Comentou  
31 também que a própria administração pública pode elaborar um manual de condutas vedadas, a fim de  
32 orientar e resguardar as ações, e ainda ressaltou os cuidados que devem ser tomadas com as  
33 publicações em redes sociais. Falou também sobre a suspensão de repasses de recursos, ressaltando  
34 que para convênios já firmados e obras já iniciadas, não há suspensão. Tratando-se do item três, ainda  
35 com a palavra, o senhor Edinando Brustolin informou que a Amve já iniciou capacitações sobre a  
36 nova lei, e que as administrações públicas precisam ter mais foco no planejamento das contratações  
37 e no acompanhamento dos contratos. O diretor executivo da Amve também informou que a nível  
38 estadual a Fecam contratará assessoria para orientações sobre a Nova Lei de Licitações,  
39 disponibilizando o material (minuta de lei, vídeos explicativos, etc) nos sites da entidade e das  
40 Associações. Os custos serão divididos em 50% para a Federação e 50% para os municípios. Passando  
41 ao item quatro, ainda com a palavra, o senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros apresentou uma  
42 minuta de projeto de lei, compartilhada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), a fim de  
43 agilizar o processo de adaptação para implantação da rede 5G. Apresentou alguns pontos relevantes  
44 do texto, e citou que vários municípios já estão aprovando esta legislação. Em seguida, no item cinco,  
45 foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, consultor em gestão fiscal e integridade da Amve, o  
46 qual informou que foi realizada reunião conjunta com os secretários de Educação e Fazenda, citando  
47 que foi tratado sobre o índice de 25% da educação, que neste ano terá impacto da Emenda  
48 Constitucional 119, e também comentou sobre a mudança do Anexo VIII da educação relativo ao  
49 saldo do Fundeb, que será vantajosa para os municípios a partir de 2023. Comentou ainda que no  
50 próximo ano haverá mudança nas fontes de recurso livre, de saúde e de educação, e que a separação  
51 desses valores só precisa ser feita no momento da despesa, fazendo com que o valor seja observado



52 de forma geral, e que os valores de uma fonte não cubram da outra. Em seguida, também falou sobre  
53 o evento realizado com o senhor Moisés Hoegenn, diretor de Contas do Governo do Tribunal de  
54 Contas do Estado (TCE/SC), onde foi discutida uma consulta sob análise do Tribunal referente a  
55 despesas consideradas no índice de 70% dos recursos do Fundeb, que devem ser gastos anualmente.  
56 Destacou que está sendo feita articulação com a Corte de Contas, a fim de possibilitar alteração no  
57 relatório. Abordou ainda a Emenda Constitucional 108, que garantiu o Fundeb como direito  
58 constitucional, mas também alterou a distribuição de 25% do Imposto sobre Circulação de  
59 Mercadorias e Serviços (ICMS) direcionado aos municípios, sendo que no mínimo 10% deste índice  
60 deve estar vinculado à educação. Salientou que esta questão tramitará na Assembleia Legislativa, e  
61 que deve haver articulação com os deputados para que, caso a proposta que avance na Assembleia  
62 seja aquela apresentada pelo TCE/SC, sejam feitas mínimas alterações para não haver tantas  
63 mudanças nos primeiros anos de vigência da lei. Enfatizou ainda que posteriormente é necessário  
64 fazer acompanhamento dos índices envolvidos no cálculo, para que se tomem ações que possibilitem  
65 a melhoria deles, e consequentemente o aumento da arrecadação. Houve ainda uma breve discussão  
66 entre os prefeitos sobre os quesitos utilizados no cálculo dos índices, especialmente relativo à gestão  
67 democrática. Ainda com a palavra, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre a queda na  
68 arrecadação devido a redução do ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, conforme Lei  
69 Complementar 194/2022 do Governo Federal, e que esta perda também impacta no Fundeb. Por fim,  
70 também comentou sobre o evento realizado na Associação no âmbito da parceria de Governo Aberto  
71 com o Governo do Estado de Santa Catarina, que conta com o apoio da Universidade do Estado de  
72 Santa Catarina (UDESC), cujo intuito é adequar as legislações municipais às práticas de governo  
73 aberto. Citou alguns municípios que já estão envolvidos na iniciativa, e abriu espaço para demais  
74 municípios que queiram trabalhar nesta linha. Dando seguimento à pauta, referente ao item seis, o  
75 diretor executivo da Amve lembrou que em 2019 foi realizada atualização monetária nas diárias  
76 internacionais concedidas aos colaboradores da Amve, mas tendo em vista o decorrer do tempo, a  
77 inflação e a possibilidade de novas viagens, é necessário fazer readequação no valor, então sugeriu-  
78 se fixar o valor de acordo com a região de destino, sendo duzentos dólares (US\$200,00) ou duzentos  
79 euros (€\$200,00) por dia. A proposta foi colocada em apreciação, e não havendo manifestações  
80 contrárias, foi aprovada. Já em assuntos gerais, ainda com a palavra, o senhor Cassio Murilo  
81 Chatagnier de Quadros comentou que há planos de mudança na frota da Amve, para que os carros  
82 sejam locados, e tendo em vista a necessidade de um veículo para o Consórcio Intermunicipal de  
83 Atenção Psicossocial (CIAPS), solicitou autorização para que seja feita a doação de um dos veículos  
84 da Associação para o Consórcio, sendo esta aprovada sem manifestações. Na sequência, o prefeito  
85 Ércio Kriek convidou a todos para a inauguração do Alles Park, e também para o Festival  
86 Gastronômico em Pomerode. Novamente com a palavra, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre  
87 a correspondência enviada pelo TCE/SC questionando sobre a aplicação da lei de liberdade  
88 econômica, e disse que é possível fazer levantamento nos municípios e compartilhar as informações  
89 entre todos. Com a palavra, o prefeito Ércio Kriek sugeriu que seja feito um levantamento nos  
90 municípios da região sobre o aumento no número de registros de Microempreendedor Individual  
91 (MEI), tendo em vista o impacto na arrecadação tributária. Por fim, nada mais havendo a tratar, o  
92 senhor Arão Josino da Silva declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron,  
93 lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor  
94 executivo da Amve.



Arão Josino da Silva  
Presidente  
Prefeito de Acurra



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros  
Diretor Executivo

*Giovana Peron*  
Giovana Peron  
Secretária Executiva

